



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000

Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

## BOLETIM DE VOTAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 9155/2023

Nº DO PROTOCOLO: 607/2023

TIPO DE PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Executivo nº 144/2023

AUTORIA: Christiano Spadetto – Prefeito Municipal

DATA DA VOTAÇÃO: 01/11/2023

PROCESSO DE VOTAÇÃO: Simbólico

Vereador		Votação			
		Ausente	Impedido	Aprova	Rejeita
01	Roberto Pessin Desteffani - Presidente				
02	Andréia de Andrade Dalbó				
03	Augusto Soares - Licenciado	Vereador LICENCIADO			
04	Humberto Antonio da Rocha - Suplente				
05	José Lúcio de Aguiar				
06	Marcos Aurélio Oliveira Pinto				
07	Mario Carlos Ambrosim				
08	Saulo Mareto				
09	Thiago Damião Lopes				
10	Wesley Satlher da Costa				
<b>Total</b>		<b>00</b>	<b>00</b>	<b>08</b>	<b>00</b>
<b>Resultado da votação</b>					
08 (oito) votos pela aprovação 00 (zero) voto pela rejeição		<b>Projeto de Lei APROVADO.</b>			

### Regimento Interno:

**Art. 170.** Imediatamente após o encerramento da discussão, o Presidente colocará a matéria em votação, observado o disposto nos artigos 120 e 121.

**Parágrafo único.** As deliberações, salvo as exceções previstas na Lei Orgânica Municipal e neste regimento, dependerá de votos favoráveis da maioria simples dos membros da Câmara Municipal presentes na sessão.

**Art. 171.** O Vereador presente, não poderá escusar-se de votar a proposição, exceto quando tiver interesse pessoal na deliberação, sendo-lhe garantido o direito de assistir a votação.

§ 1º Em se tratando de interesse pessoal, o vereador estará impedido de votar.

### Lei Orgânica Municipal:

Art. 38.....

§ 4º O Presidente da Câmara ou seu substituto, só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir para sua aprovação voto favorável de dois terços ou quatro quintos dos membros da Câmara;



quando houver empecilho em qualquer votação no plenário.  
com o identificador 310030003800340036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-  
Brasil.